



Eixo: Movimentos sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Movimentos sociais e lutas de classes - contexto nacional e internacional.

ASPECTOS TEÓRICOS DO MOVIMENTO DOCENTE NO BRASIL: EXPRESSÕES DO PÓS-MODERNISMO E MARXISMO

SÂMBARA PAULA FRANCELINO¹

Resumo: O presente trabalho consiste em apresentar alguns aspectos do estudo realizado acerca dos referenciais teóricos do movimento docente no ensino superior brasileiro. O objetivo é entender como expressões do pós-modernismo e do marxismo despontam nas elaborações e reflexões que integram e orientam as lutas no movimento docente brasileiro, mediante o processo de organização dos professores do ensino superior.

Palavras-chave: Marxismo; Pós-modernismo; Movimento Docente.

Abstract: The present work consists of presenting some aspects of the study about the theoretical references of the teaching movement in Brazilian higher education. The objective is to understand how expressions of postmodernism and Marxism emerge in the elaborations and reflections that integrate and guide struggles in the Brazilian teaching movement through the process of organization of higher education teachers.

Keywords: Marxism; Postmodernism; Teaching Movement

1. INTRODUÇÃO

2.

Esse trabalho visa analisar de que modo as perspectivas marxista e pós-modernista interagem na ação dos sujeitos do movimento docente. Para tanto traçou um recorte no estudo que examinou os textos de apoio dos Congressos do ANDES-SN realizados durante uma década (2002-2012) e entrevistou presidentes de sete gestões do sindicato. Buscou-se nesse material, explorar a maior ou menor presença do pós-modernismo e do marxismo na orientação das lutas docentes.

A construção da análise dessas duas perspectivas em torno dos ANDES-SN é a ponte para entender como tais vertentes vão rebater no cotidiano das lutas sociais. O campo empírico da investigação é formado pelo movimento docente por ser a educação uma área de atuação fundamental para análise da realidade, bem

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará. E-mail: <sambara.paula@uece.br>

como lugar onde se processa significativa resistência às diferentes formas de opressão e exploração do capital.

3. O Movimento Docente e o Pós-Modernismo

A crítica à modernidade, com o viés irracionalista, já estava colocado desde o século XIX. O dado novo que se apresenta na tendência pós-moderna contemporânea é que esta não pode ser identificada sumariamente com tendências ídeo-políticas restauradoras, conservadoras e regressivas, como eram as contestações à modernidade em meados do século XIX. Netto (1998) faz essa ponderação diante da afirmação de Boaventura de Sousa Santos (1996) de que existe uma pós-modernidade de celebração e de capitulação em face do capital, onde se encontra Lyotard e seus seguidores; e outra de oposição ou de contestação, na qual Santos se inclui, assumindo uma posição de pós-moderno herdeiro da tradição socialista. Dessa forma, não se pode associar diretamente a pós-modernidade ao conservadorismo. No entanto, mesmo com fundamentos anti-capitalistas, as assertivas pós-modernas contribuem com o fortalecimento das forças dominantes, à medida que a leitura e as alternativas servem para desmobilizar as organizações da classe trabalhadora, bem como a implementação de estratégias restauradoras.

Diante disso, e considerando toda heterogeneidade e ambiguidade presentes na configuração do pós-modernismo, é que se busca elucidar as expressões pós-modernas na dinâmica do movimento docente. São elementos ídeo-políticos que aparecem, ainda que pontualmente, ao longo da história, nas teses dos congressos do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

Analisando as teses apresentadas nos Congressos realizados entre 2002 e 2012 (21º ao 31º Congresso), encontra-se poucos, porém emblemáticos textos de expressão do pensamento pós-moderno, na medida em que trata a atualidade como um período pós-moderno, período de ocorrência de choque entre a racionalidade produtiva e os valores morais. Apresentamos o extrato de um texto, o qual reivindica referências teóricas como Jacques Derrida, Gilles Deleuze, François

Lyotard, Jean Baudrillard, para revelar a falsidade dessa racionalidade produtiva, referendando duas frentes de atuação desses autores:

a) Desconstrução dos princípios e concepções do pensamento ocidental - Razão, Sujeito, Ordem, Estado, Sociedade etc; b) Desenvolvimento e valorização de temas antes considerados menores ou marginais em filosofia: desejo, loucura, sexualidade, linguagem, poesia, sociedades primitivas, jogo, cotidiano (23º Congresso ANDES).

O autor desse texto parte da ideia de pós-modernidade como um período que corresponde à terceira fase do capitalismo para além das áreas de literatura, arquitetura e artes plásticas, como uma realidade genuinamente histórica e socioeconômica. Também destaca três teses essenciais atribuídas a Hardt e Negri², referindo-se ao contexto da pós-modernidade:

a) a primeira: que o tempo do imperialismo passou, e que deu origem a uma nova forma de poder em rede mundial, a que se denomina Império; b) a segunda: que o capitalismo se desenvolveu, expandindo-se na mercantilização de múltiplas formas de relação social, através do que se denomina biopolítica - toda a vida é mercado; c) a terceira: está a surgir um novo protagonista, um sujeito social decisivo para a transformação mundial, que é a multidão (HARDT ; NEGRI, 2002 apud 23º Congresso ANDES)

Nessa perspectiva, é que Hard e Negri (2002) também convocam a multidão para construir um contra-império, a partir do esforço interno, pois é preciso "empurrar através do Império para sair pelo outro lado". Propõem, assim, a unificação entre o novo sujeito, a multidão, e o seu objeto, a libertação cosmopolita na pós-modernidade. Dentre os métodos estão a deserção da soberania por via do nomadismo, a emigração da "multidão móvel para alcançar a cidadania global".

Essa configuração aqui apontada como caracterização da nova ordem mundial segue ainda a análise de Castells de que:

Um novo mundo está tomando forma neste fim de milênio. Originou-se mais ou menos no fim dos anos 60 e meados da década de 70 na coincidência histórica de três processos independentes: revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo e a conseqüente reestruturação de ambos; e apogeu de movimentos sociais culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo. A interação entre esses processos e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. A lógica inserida nessa economia, nessa

² HARDT, M. NEGRI, A. **Império**. Editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 2002.

sociedade e nessa cultura está subjacente à ação e às instituições sociais em um mundo interdependente³ (1999, p.412 apud 23º Congresso ANDES).

Nessa direção, a tese também destaca as palavras de Castells, em relação ao século XXI, ao afirmar que este nem será o século das trevas, nem, por outro lado, trará as recompensas prometidas pela revolução tecnológica mais extraordinária da história. Contudo, não há mais “Palácio de Inverno” para ser tomado e sim castelos imateriais feitos de “redes de comunicação e fluxos de informação”. A mensagem retomada na tese é a seguinte:

Não existe nada que não possa ser mudado por ação social consciente e intencional, munida de informação e apoiada em legitimidade. Se as pessoas forem esclarecidas, atuantes e se comunicarem em todo o mundo; se as empresas assumirem sua responsabilidade social; se os meios de comunicação se tornarem os mensageiros, e não a mensagem; se os atores políticos reagirem contra a descrença e restaurarem a fé na democracia; se a cultura for reconstruída a partir da experiência; se a humanidade sentir a solidariedade da espécie em todo o globo; se consolidarmos a solidariedade intergeracional, vivendo em harmonia com a natureza; se partirmos para a exploração de nosso ser interior, tendo feito as pazes com nós mesmos. Se tudo isso for possibilitado por nossa decisão bem informada, consciente e compartilhada enquanto ainda há tempo, então, talvez, finalmente possamos ser capazes de viver, amar e ser amados⁴ (CASTELLS, 1999, p.437 apud 23º Congresso ANDES).

Assim, o mundo do início do século XXI, com uma complexidade muito maior do que a existente em tempos anteriores, como uma nova realidade que vem se reconfigurando, é apresentada como tempos de incerteza e perplexidade. É nesse sentido que a tese sugere uma alternativa, conforme propõe Boaventura de Sousa Santos, em que haja uma ação de abrangência global com legitimidade local, caminhando em uma perspectiva que considere que os direitos humanos precisam ser reconceitualizados como multiculturais, para poderem operar como forma de cosmopolitismo, como globalização contra-hegemônica.

Outro texto de apoio de mesma autoria intitulado “Contra o discurso sexista”⁵, da mesma autoria que o anterior, aprovado na assembleia geral da seção sindical originária trata da opressão de gênero no âmbito do movimento docente como algo determinado pela linguagem sexista. Afirma o texto que,

³ CASTELLS, M. Fim de milênio. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

⁴ CASTELLS, M. Fim de milênio. São Paulo, Paz e Terra, 1999, p. 437.

⁵ Texto aprovado pela AG da Adufop do dia 25 de setembro de 2001.

as professoras filiadas ao sindicato têm alta participação nos cargos de direção da Andes e grande presença nos seus eventos nacionais, mas são preteridas nos momentos de “falação” e deliberação nas plenárias [...] isto se deve à linguagem sexista utilizada pela maioria dos militantes do MD, que reproduzem, inconscientemente, a linguagem da dominação masculina predominante em todo o mundo. (TA 16, 21º Congresso ANDES, 2002)

O texto sugere uma reflexão e uma atitude visando a alterar na fala que reproduz, no discurso, as desigualdades de gênero herdadas do passado e mantidas no presente. Centra a discussão na ideia de que a cultura da dominação masculina é uma cultura fálica à medida que o falo domina a fala.

A dominação masculina só se torna legítima porque existe uma representação simbólica que é assumida consciente ou inconscientemente por ambos os gêneros. A cultura greco-judaica-cristã valoriza o homem viril, branco, adulto, rico, monogâmico e heterossexual. Toda a linguagem corrente está impregnada por um dimorfismo cultural que transforma o universo numa dualidade sexuada e hierarquizada cujo pólo superior é representado pelo homem-marido-pai (adulto másculo) e o pólo inferior pela mulher-esposa-mãe. O discurso sexista legitima esta situação tornando-a natural e a-histórica [...] Um fato bastante conhecido da literatura é a timidez da fala feminina ou sua tendência ao silêncio público, o que contribui para a invisibilidade das mulheres. A experiência feminina no espaço do *òikos* faz com que a mulher se “especialize” na fala doméstica e interpessoal e tenha dificuldade em dominar a fala pública e impessoal. (TA 16, 21º Congresso ANDES-SN, 2002)

Essas passagens do texto evidenciam a presença de ideias, no âmbito do movimento docente, que trazem elementos importantes, mas esconde o que há de essencial. Atentam para particularidades fundamentais das relações sociais porém perdem de vista a totalidade necessária. Aqui não é diminuir a importância da questão de gênero, mas questionar o fato de se focar o problema no discurso. Atribuir toda essa valoração ao discurso conduz ao que Eagleton se refere como aprisionamento dentro do nosso discurso, onde se entende a linguagem mais como obstáculo do que como horizonte. Questionar se o significante produz o significado ou vice-versa, embora salutar, não é o que provoca grandes alterações no real. Para Eagleton se o discurso tem acolhimento geral, ele vai se tornar um a priori privilegiado no plano do idealismo. E esse novo idealismo caminhará certamente como uma forma de reducionismo culturalista. (EAGLETON, 1998, p. 21-22)

Se esses textos indicam a presença de ideias pós-modernas nos fóruns de discussão do ANDES, elas aparecem como uma ínfima minoria nos cadernos de teses. Ainda assim é fundamental a análise em torno destes que não

surgem descontextualizadas do terreno histórico-social. Além disso, nas contradições do cotidiano acadêmico aparecem condutas saturadas desse viés pós-modernista comprometendo o avanço do movimento. Na dinâmica da universidade é possível constatar que a história do sindicato, representada por suas bandeiras de luta, é desconhecida, ignorada ou desprezada por boa parcela dos docentes. A aceitabilidade do inevitável dominou a cena nestes últimos anos e tem impactado no processo de organização dos professores. Muitos outrora militantes, hoje não passam de meros espectadores do processo, quando não contribuem para legitimar o projeto de Universidade antagônico ao defendido pelo sindicato.

No plano do imediato, expressões do real parecem referendar as visões pós-modernistas. Nos departamentos de cursos o cenário tem sido dominado com preenchimento de relatórios, a profusão da prestação de serviço, os convênios para grupos fechados, os cursos pagos e outras formas de privatização da instituição continuam a crescer em progressão geométrica. O movimento sindical tem enfrentado a dispersão da categoria docente na busca de soluções individuais que possam simbolizar o safar-se ou sirva de amuleto para superar as dificuldades colocadas pelo descaso governamental. Assim o movimento docente na era dos novos tempos enfrenta os efeitos devastadores da lógica pragmática e possibilista. Paulatinamente o esvaziamento se agiganta, e congrega torna-se cada vez mais desafiante. A adesão ao modelo individualista que promove a competitividade e o produtivismo, contribui na proliferação de ações que atacam o caráter público da Universidade, por meio de: cursos pagos, convênios, fundações, gerando ilhas de prosperidade e modernidade, ao lado de imensas sucatas, chamadas laboratórios.

Nesse contexto de refluxo do movimento sindical a ofensiva que fertiliza o terreno para questões referentes a setores fortemente oprimidos pelo conservadorismo de direita, e antes pouco privilegiadas pelas esquerdas, surgem descoladas do universo classista e emancipatório. Nessa perspectiva é que se destaca a questão sobre racismo e intolerância logo após a Conferência de Durban ocorrida em 2001 que tratou de colocar na agenda internacional a questão da discriminação racial.. Em consequência, surgiram propostas na delegação brasileira a Durban como cotas para negros em Universidades Públicas, que teve uma

inusitada força de mobilizar uma intensa polêmica. Encontram-se opiniões favoráveis e contrárias a este tipo de proposta em todos os campos políticos, da extrema-direita à extrema-esquerda. No entanto, no movimento negro ela é majoritariamente aceita.

A questão racial surge marcadamente na agenda de discussão do ANDES-SN em 2001, ano de Durban. O grupo de trabalho de etnia, gênero e classe foi criado no 19º Congresso (2000) da entidade e teve sua primeira reunião em 2001. Desde lá o debate em torno da questão racial e de ações afirmativas vem galgando espaço no âmbito dos fóruns do movimento docente.

Também uma plataforma política feminista começa a ser pontuada nesse período quando no Brasil, cresce a mobilização pela equidade de gênero. Em junho de 2002, mais de duas mil mulheres se reuniram em Brasília numa Conferência para debater e aprovar a Plataforma Política Feminista. A Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB) foi o resultado de um trabalho que durou 12 meses, envolvendo mais de cinco mil ativistas de organizações de mulheres de todo o Brasil, que discutiram a primeira versão da Plataforma nas 26 Conferências Estaduais realizadas previamente. As propostas giravam em torno do reconhecimento e, incorporação de diversas reflexões do Movimento Feminista que tem longa tradição de organização e luta contra a opressão da mulher invocando a ocupação de todos os espaços possíveis. A ordem era investir na ampliação dos espaços de interlocução e discussão sobre o papel da mulher na sociedade brasileira.

É inegável a importância dessas questões - como raça, etnia e gênero - e os avanços que esse debate tem proporcionado para o movimento docente. Porém, é nítido o fato de que essas questões operaram como uma das portas de entrada da perspectiva pós-modernista no espaço desse movimento do mesmo modo que isso também ocorre com os fóruns de debate acadêmico.

Cabe destacar, contudo, que os textos elaborados pela direção do ANDES-SN desde o início desse debate remetem a inserção dessas questões na sociedade de classes e mais ainda partindo do advento do capitalismo que não

demarcou a derrocada das relações patriarcais de dominação. Consideram as relações de trabalho e produção introduzidas no sentido de dar materialidade à expansão do raio de exploração do trabalho impressas nas relações sociais.

A presença do viés pós-modernista aparece também quando das expressões de negação dos partidos e o sindicato por meio de discursos e posições autonomistas, no pragmatismo dos que se acomodam a ordem, na defesa do fim do trabalho e na negação da condição de classe dos docentes. os autonomistas. Porém não desfrutam de predominância nos textos nem aparecem nas entrevistas.

3. O MOVIMENTO DOCENTE E MARXISMO

Nos textos elaborados pela direção do ANDES é considerado a princípio o estreito vínculo entre a estrutura de classes da sociedade capitalista e a utilização que o capitalismo faz das diferenças étnicas e de gênero para superexplorar e oprimir enormes setores da sociedade, o ANDES-SN defende que todas as formas de preconceitos e discriminação só poderão ser totalmente eliminadas com a superação da sociedade capitalista.

Também ressalta-se que, em sua luta pela verdadeira e completa emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, o ANDES-SN não procura alimentar nenhuma ilusão quanto ao apoio das leis e instituições criadas pela burguesia. Não se tem nenhuma ilusão de que a burguesia esteja disposta a mudar sua atitude. Muito menos que a mera aplicação da lei irá elevar o trabalhador ou trabalhadora à categoria de “cidadãos”. A única forma para se lutar concretamente pelo fim de toda discriminação de classe, gênero ou etnia é combatendo a burguesia no conjunto de suas políticas (inclusive aquelas que visam à cooptação dos trabalhadores). Acreditamos ser necessário entender que, na sociedade capitalista, as questões sociais se expressam a partir da luta dos movimentos sociais que polarizam suas demandas contra o Estado Burguês.[...] Assim é possível afirmar que a funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo não é uma decorrência natural e, sim, faz parte da luta de classes. Por isso não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores aos quais o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas, procurando subordinar os movimentos sociais a suas políticas e a sua agenda. (TA 22, 23º CONGRESSO DO ANDES, 2004)

Esse texto indica que a direção do ANDES-SN, referenciado na concepção sindical classista, compreende que as discussões e as lutas em defesa da educação, bem como aquelas referentes às questões de gênero diversidade

sexual, gênero e etnia, não podem ser dissociadas das demais lutas da classe trabalhadora. Portanto, somente a articulação mais ampla com os movimentos sociais será capaz de delinear o papel político do Sindicato Nacional e o compromisso do Movimento Docente na produção de respostas que atentem para a superação do atual estágio de opressão e desigualdade social por que passa a sociedade brasileira.

A necessidade de reverter um quadro tão perverso torna-se prioritária e implica ultrapassar limites impostos dentro da sociedade brasileira, de base excludente, racista e desigual. Essa reversão daria impulso a mudanças políticas, econômicas e culturais que nos aproximassem de novas formas de convivência no sentido de buscar a superação da dívida histórica que as sociedades têm com os grupos dominados. (TEXTO 22, 23º CONGRESSO DO ANDES, 2004)

É inegável que a questão étnico-racial no Brasil merece significativa discussão, bem como é preciso estabelecer uma política educacional séria em nosso país, pois já se vão anos que essas políticas são determinadas por agências multilaterais que trabalham com a lógica da afirmação dos interesses do capital e não do conjunto dos interesses da classe trabalhadora. Pois como dizia Florestan Fernandes,

As mentiras desabam. Mas as verdades se objetivam e se impõem devagar. Elas exigem que o negro não se separe do todo (...) na sociedade capitalista e como trabalhador assalariado, ele desfruta de uma posição social e pode associar-se livremente para alterar esse status quo: (...) Ele pode ser, assim, duplamente revolucionário - como proletário e como negro. Se não conta com razões imperativas para a ordem existente, ele tem muitos motivos para negá-la, destruí-la e construir uma ordem nova, na qual raça e classe deixem de ser uma maldição. Por essa razão, os de cima estão tão atentos aos movimentos negros (...) (FERNANDES, 1989, p.11).

Como vimos ser esta uma questão polêmica os que promovem a defesa das políticas de ações afirmativas desconsiderando a situação de classe representam uma minoria. Portanto prevalece a ideia de que é preciso recuperar as perspectivas de garantia, acesso e permanência, com eficácia, de toda população, e em todos os níveis e modalidades de ensino. Daí a necessidade imperiosa de combater as propostas e programas que comprometam as qualidades técnica e profissional da educação, de intervir, organizadamente, em todos os espaços possíveis, revelando as políticas compensatórias do governo, que focalizam níveis de ensino em detrimento de outros, que fragmentam o sistema nacional de

educação, resultando no não-atendimento do direito social à educação de boa qualidade para todos. Nesses termos os documentos do ANDES-SN apontam para a denuncia e combate a desresponsabilização crescente do Estado para com o financiamento da educação pública, além da defesa da socialização e do conhecimento produzido e democratização das relações acadêmicas. Nessa perspectiva se insere a luta contra todas as formas de discriminação referentes a gênero, à raça, à religião e à orientação sexual.

Esse debate no Congresso do ANDES-SN acerca das políticas de ações nos anos 2000 é reflexo da discussão que já vinha se realizando no âmbito da sociedade, desde os anos 1980, momento em que as lutas sociais retomavam com vigor a sua capacidade organizativa e a premência de um repensar em uma sociedade que pudesse representar as necessidades dos(as) trabalhadores(as). Mas é também nesse momento em que se dá a proliferação no Brasil dos chamados “novos movimentos sociais” com um viés fragmentário. No campo da educação, essa discussão foi bem significativa com debates, palestras, seminários e publicações. O posicionamento que predominava era que essas políticas procuravam atender ao modo de operar do capital considerando de alguma parte a lógica dos movimentos sociais, atraindo-lhes para o interior do Estado e levando parte dos dirigentes desses movimentos a se locupletarem com políticas localizadas e assumindo o seu lado trágico.

De acordo com a história do sindicato, nesses mais de trinta anos de existência do ANDES-SN, a luta pela expansão das IES públicas – com vistas à universalização do direito ao acesso ao ensino superior – sempre esteve no topo da agenda política do Sindicato Nacional. Esse posicionamento foi expresso em seu documento-referência Caderno Andes 2 “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira” (Revisado, 2003): “Compete ao Estado garantir o total atendimento das demandas sociais por educação, em todos os níveis” (p.37).

A reflexão e o debate sobre as fundações privadas que atuam nas universidades públicas ocorrem há pelo menos duas décadas. No contexto dessa discussão, o ANDES-SN, condizente com seus princípios e sua visão de

universidade pública, elaborou um conjunto orgânico de propostas com o fim de enfrentar e combater os vínculos da universidade pública com as fundações privadas ditas de apoio.

No curso do debate, ficou evidente que não existem argumentos acadêmicos a legitimar a necessidade de fundações privadas em uma universidade pública. Por outro lado, revela-se que as fundações privadas, criadas com o pretexto de contornar dificuldades de natureza administrativa e entraves legais, acabaram por gerar enormes distorções nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na universidade, submetendo-as à lógica do mercado e da produção capitalista, incompatível com a atividade acadêmica crítica e socialmente referenciada, que é parte central das obrigações da universidade pública. Textos da diretoria do ANDES-SN afirmam e reafirmam que a universidade pública não pode promover, acolher ou aceitar pacificamente a utilização de seus recursos materiais e humanos e do seu prestígio social em benefício do estabelecimento e desenvolvimento de empresas privadas de serviços que operam a partir do seu interior. Do ponto de vista político, o ANDES-SN busca sedimentar referências ideológicas na base da categoria docente para um embate capaz de, a curto prazo, reverter parte importante da apropriação privada do espaço público promovida pelas fundações ditas de apoio como, por exemplo, a exploração de cursos pagos nas IES e a destruição da capacidade de trabalho intelectual crítico e o desenvolvimento científico e tecnológico autônomos.

Os trabalhadores brasileiros não lograram ainda a construção de um pólo de resistência com capacidade convocatória que promova a unidade em torno de um programa mínimo de enfrentamento das contra-reformas neoliberais e de unificação das diferentes lutas que os trabalhadores continuam promovendo. Diversos Textos de Apoio (TA) elaborado pela diretoria ANDES-SN atestam ainda, que a construção desse pólo é tarefa prioritária dentre as ações do Sindicato Nacional. Comcebe-se que ele não será construído no vácuo, mas sim no calor das lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, dos formais e informais, nas vitórias e nas derrotas de cada batalha. Assim,

É preciso que não haja precondições para a realização da unidade, pois ela é estratégica para a emancipação da classe. É preciso manter intransigentemente a autonomia dos movimentos sindical e populares em relação ao Estado e a toda forma de institucionalidade, aos credos religiosos, bem como em relação a todos os partidos políticos. Um pólo aglutinador (...), não necessariamente se traduz em uma organização formalizada como uma entidade. Importa que ela seja de luta e que tenha a capacidade convocatória. Em sua trajetória de lutas, o ANDES-SN tem participado de diversos fóruns que, no âmbito de suas atuações, têm possibilitado a unidade nas lutas, sem que sejam entidades formais. (TA 25, 25º CONGRESSO DO ANDES, 2006)

Conforme Textos analisados e entrevistas realizadas com ex-presidentes do ANDES-SN, esse sindicato atravessou todo período de arrefecimento das lutas, firme no posicionamento de defesa da necessidade da classe dispor de uma organização unitária, autônoma e classista com ampla capacidade convocatória carece de um polo amplo de entidade mais ampla que o meramente sindical e sem vínculos com o Estado e a estrutura sindical oficial, poderá desempenhar um papel crucial na construção de pólos de lutas classistas e autônomos.

No contexto do padrão de acumulação por expropriação vigente na América Latina, com a reprimarização da economia, a hiper-exploração do trabalho e o brutal processo de devastação dos empregos formais, a classe trabalhadora torna-se mais heterogênea e fragmentada. O transformismo da CUT e do PT, organicamente vinculados à coalizão de classes dominantes, ampliou os desafios colocados para as lutas sociais.

Os referenciais teórico e políticos do movimento docente nesse contexto sinalizam contundentemente no sentido de potencializar as lutas para impedir que os direitos sociais conquistados sejam usurpados pelas classes dominantes, mas também que novas medidas pudessem ser afirmadas. Para isso, as lutas voltadas a enfrentar toda estratégia de incorporação das forças de resistência foram lutas que assumiram um claro viés classista. É possível identificar que as lutas incorporadas pelo ANDES-SN se voltaram para o combate à contra-reforma da previdência, a contra-reforma universitária e a contra-reforma sindical-trabalhista. O enfrentamento contra o ALCA, a solidariedade a Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca, aos povos palestinos, ao Líbano e contra a ocupação militar do Iraque conferiram um caráter internacionalista a muitas iniciativas do período.

No balanço da experiência da greve das universidades federais de 2012, o ANDES-SN corretamente apontou para a estreita relação entre as reivindicações do movimento docente e as lutas contra o sistema capitalista. Esta articulação entre as reivindicações específicas e gerais apenas reforça a necessidade de uma luta política, organizada e unitária da classe trabalhadora. A unidade do funcionalismo público federal em 2012 foi central para colocar pressão no governo e a reação deste se deu, justamente, no sentido de tentar acabar com o movimento grevista pela quebra da unidade da classe trabalhadora. As aparências são normalmente associadas às ilusões. Elas, contudo, são necessárias. É através delas que se percebe o real, atuando assim no sentido de conformar os modos de ver, de pensar, constituindo-o. Toda ação social se move em um campo estruturado pelas ideologias, pelos projetos das classes. As aparências são a cara visível das ideologias. Ainda que demonstradas empiricamente falsas, marcam o horizonte das possibilidades.

A tarefa consubstanciada pelo ANDES-SN condiz com aquela preconizada em seus princípios, pois as ações materializadas revelam um trabalho na reconstrução da liberdade que progressivamente vem sendo subtraída à sociedade. Há na objetividade posta uma perspectiva de reconstruir, com os movimentos sociais, no conjunto da sociedade a política que negue o imediato para afirmar o futuro. Os textos de 2004 já expressava aquilo que ecoava nas ruas, a necessidade de recuperar a capacidade de pensar a Grande Política ao contrário de chafurdar no cotidiano opaco e reacionário da conservação da atual forma social. Assim se colocava o papel das direções. Ressaltava-se que aqueles que em nome de interesses menores pensarem em sua readequação no espaço da política atual podiam até fazer discursos altisonantes mas tendiam a imobilizar o movimento molecular da sociedade.. (TEXTO 4, 23º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2004)

Reafirma-se a convicção, em seguidos textos, de que isolados do conjunto dos trabalhadores, os docentes organizados no Andes-SN, não poderão fazer frente aos enormes desafios postos à categoria. Nesse aspecto é que o 30º Congresso apresenta um Plano de Lutas voltado para a defesa do ANDES - Sindicato Nacional diante da especificidade dos ataques sofridos, porém sem perder

de vista a necessidade de sua inserção nas lutas mais gerais a serem travadas com o conjunto dos servidores públicos e o movimento classista e autônomo dos trabalhadores.

Entende-se que essa defesa do Andes-SN só terá êxito diante da capacidade de aprofundar as análises sobre as dificuldades enfrentadas pela proposta de enraizamento do sindicato na base da categoria. Para tanto, não se pode desconhecer que o ensino superior no país vem sofrendo mudanças significativas, em especial na última década e meia, que afetam significativamente o projeto de universidade do Andes-SN para a sociedade brasileira. Essas mudanças se deram, sobretudo, através de políticas deliberadas de sucateamento das IES públicas (corte de verbas, arrocho salarial, ataques à carreira docente, às condições de aposentatividade, ausência de concursos públicos para o quadro de professores e funcionários técnico-administrativos, entre outras) e da expansão do ensino superior privado financiado através de programas de transferências expressivas de recursos públicos. Se essas políticas contribuíram sobremaneira para o aprofundamento desse quadro, a novidade fica por conta do cipoal de siglas das propaladas medidas governamentais de democratização de acesso e expansão do ensino superior (PROUNI, REUNI, FIES, UAB, EaD, ENADE, ENEM, SISU etc.).

A face mais visível dessas mudanças que temos caracterizado como a contra-reforma universitária (expansão precarizada com abertura de novos cursos e campi no interior, falta de professores, de salas de aula, infra-estrutura), é a deterioração das condições do trabalho docente, rebaixamento da formação discente com a crescente dissociação entre ensino, pesquisa e extensão e, em virtude do incentivo e financiamento às avaliações produtivistas das agências de fomento, em especial na pós-graduação, a própria reorientação de cunho mercantil para as atividades de pesquisa. Já é possível perceber como essas mudanças têm incidido nas condições de trabalho acadêmico, na deterioração da carreira docente, na seleção dos novos professores e perfil da categoria.

Não há dúvida de que tais condições enfraquecem o ethos e o pathos acadêmico tão necessários à disputa pelo projeto de universidade pública. Essas

condições estão na origem das dificuldades encontradas na defesa, fortalecimento e enraizamento do Andes-SN na base da categoria.

Sejam os professores envolvidos ou cooptados pelas concepções produtivistas, os que atuam na mercantilização do ensino superior via cursos pagos, os recém contratados (muitos deles oriundos das duríssimas condições de trabalho das IES privadas) e que ainda vivem o momento do ingresso na universidade pública, ou os professores que, pelas condições de titulação imposta pela maioria dos concursos e premidos pelas condições atuais dos programas de pós-graduação chegam à universidade como pesquisadores e não necessariamente como docentes. Esses elementos evidenciam o perfil da categoria que estamos tentando caracterizar.

O cenário caracterizado pelas mudanças descritas na universidade se encontra em meio a uma conjuntura de mais uma crise capitalista internacional que agrava sobremaneira as condições de resistência e organização classista e autônoma dos trabalhadores.

Assim o ANDES-SN afirma reiterada vezes que da avaliação correta acerca da interrelação entre conjuntura e Movimento Docente, depende a construção de estratégias que visem à intensificação do trabalho de base articulado ao fortalecimento e ampliação da unidade com movimento classista e autônomo da classe trabalhadora. (TEXTO 46, 30º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2011)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marxismo, em especial a categoria classe social e lutas de classes tem sido alvo das mais diferentes formas de ataques, seja no campo da pesquisa acadêmica e/ou nas lutas sociais. Pois, as ideologias pós-modernas estão em conflito aberto com a tradição moderna, que carrega o princípio da emancipação humana.

No contexto das contradições sociais, que se intensificam com a crise estrutural do capital e suas incidências no cotidiano da vida social, as explicações e

apreensões teórico-científicas da realidade são frequentemente tomadas por concepções espirituais irracionais e manipulatórias. Presos ao burocratismo e produtivismo da pesquisa impostos na Universidade, muitos pesquisadores consideram que as categorias teóricas da razão moderna (história, tempo, sujeito, totalidade, exploração do trabalho, classes sociais, mais-valor) estão superadas. Porém, as condições de trabalho que imperam na sociabilidade, demonstram que essas questões persistem nos fundamentos da investigação científica da realidade.

Se é possível identificar a presença do viés pós-moderno nos fóruns do movimento docente a constatação é de que a perspectiva classista é predominante no material dos Textos dos Congressos bem como nas entrevistas realizadas. Esta aparece coerentemente com a mesma ênfase no debate acerca de diferentes temáticas, na reflexão e posição em torno das diversas opressões, ainda que, por vezes, despontem os argumentos pós-modernos desconsiderando ou contestando as análises marxistas.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.
- IASI, Mauro L. **As metamorfoses da Consciência de classe** (o PT entre a negação e o consentimento). 1. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- JAMESON, F. **Pós-Modernismo: a lógica do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2007.
- LEHER, Roberto. A problemática da universidade 25 anos após a crise da dívida. In: **Universidade e Sociedade**. Brasília: Andes, n.39, p. 9-16, fev. 2007.
- LYOTARD, J. **A Condição Pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- MARX, K. . **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Global, 1986.

_____. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A guerra civil na França**. São Paulo: Global, 1986a.

NAVARRO, Pinto Ignez. **ANDES-SN: Um Sindicato de Intelectuais**. Cuiabá: Adufmat, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pós-moderna”. In: WOOD, E. M.; FOSTER, J.B. **Em defesa da história – marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.